

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

2016

ANO:

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR BRENO MEDEIROS
TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
UNIDADE CORRECIONADA	10ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA
DATA DE INSTALAÇÃO DA VT:	22/01/1993
JUIZ TITULAR:	KLEBER DE SOUZA WAKI
TITULAR DESDE:	11/01/2010
DATA DE INSTAÇÃO PJE:	14/02/2013
PERÍODO CORRECIONADO:	1º/05/2015 À 30/04/2016
	·

EQUIPE CORRECIONAL		
SERVIDOR	FUNÇÃO	
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional	
Bruno Barbosa Dib	Assistente	
Fernando Henrique Barbosa Borges Moreira	Assistente	
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente	
Luana Carvalho Arantes	Assistente	
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente	

01/06/2016

1 -DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2013	2014	2015	2016**
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	1.883	2.120	2.130	747
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	1.621	1.672	2.084	685
3	Produção	86%	79%	98%	92%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	1.670	1.867	2.071	590
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	651	857	903	978
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	1.435	1.699	1.738	1.895
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	27%	29%	29%	57%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	32%	40%	30%	58%
9	Execuções iniciadas	456	418	606	199
10	Execuções encerradas	388	285	741	92
11	Execuções baixadas	357	390	713	102
12	Execuções pendentes de encerramento	948	851	1.043	1.094
13	Execuções pendentes de finalização	2.116	2.157	2.002	2.096
14	Execuções no arquivo provisório em 31/12	902	1.074	741	788
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	71%	69%	72%	89%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	82%	87%	71%	95%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	43%	41%	40%	38%
18	Índice de conciliação da unidade	37%	38%	41%	43%

^{*} Dados extraídos do Sistema e-Gestão.

^{**} Dados do exercício 2016 referem-se aos meses de janeiro a abril.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE

2.1 - Juízes que atuam na unidade

Juiz Titular	KLEBER DE SOUZA WAKI
Juiz Auxiliar	VIVIANE SILVA BORGES

2.2 - Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O Juiz (íza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região	SIM	NÃO
Metropolitana)?	Х	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 - Assiduidade (dias da semana em que os juízes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X		
Auxiliar fixo			X	Х	Х

^{*} Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 - Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	5
---	---

2.4.2 - Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas	_	NÃO		
pelos Juízes Titular e Auxiliar em sistema de revezamento? Em caso afirmativo, especifique a forma de revezamento.	Х			
Forma de revezamento: Diário				

2.4.3 - Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		Х
Ordinário		Х

2.4.4 - Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	132
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	171

^{*} Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 - Conciliações

SIM	NÃO
	×
	SIM

2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	550
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	63
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	173

^{*} Dado apurado em 31/05/2016.

2.6 - Prolação de sentenças

	2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	48
--	---	----

^{*} Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 - Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar	-	-

2.6.3 - Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	82	11
Sentença na fase executória	33	-
Embargos de declaração	51	-

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Atraso em dias	Juiz
RTOrd 0011564-95.2015.5.18.0010	12/04/16 14:03	17	KLEBER DE SOUZA WAKI
RTOrd 0011116-25.2015.5.18.0010	20/04/16 11:08	5	KLEBER DE SOUZA WAKI
RTOrd 0011889-70.2015.5.18.0010	20/04/16 09:51	5	KLEBER DE SOUZA WAKI
RTOrd 0011037-46.2015.5.18.0010	25/04/16 11:53	4	KLEBER DE SOUZA WAKI
RTSum 0011979-78.2015.5.18.0010	25/04/16 11:52	4	KLEBER DE SOUZA WAKI
RTSum 0010123-45.2016.5.18.0010	25/04/16 08:47	4	KLEBER DE SOUZA WAKI
RTSum 0011984-03.2015.5.18.0010	26/04/16 09:26	3	KLEBER DE SOUZA WAKI
RTSum 0010018-68.2016.5.18.0010	26/04/16 09:25	3	KLEBER DE SOUZA WAKI
RTOrd 0011505-44.2014.5.18.0010	07/04/16 08:38	20	VIVIANE SILVA BORGES
RTOrd 0011359-66.2015.5.18.0010	15/04/16 13:27	12	VIVIANE SILVA BORGES
RTOrd 0011483-49.2015.5.18.0010	15/04/16 09:46	12	VIVIANE SILVA BORGES
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO		11	

01/06/2016

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE*

3.1 - Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	88	93
Ordinário	189	220

3.2 - Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo	10	3
Ordinário	19	4

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correcionado
	38	4

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correcionado
, , , , ,	3	5

3.5 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correcionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	4	5
Atualização de cálculos	2	3
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	-	-

3.6 - Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional **	No período correcionado
Sumaríssimo	69	61
Ordinário	129	120

^{*} Dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão.

Cï.21/2d. Autenticidade 400090779521

^{*} A última visita correcional foi realizada em 02/06/2015 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 1º/05/2014 e 30/04/2015.

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO

4.1 - Estrutura da Secretaria

4.1.1 - Quadro de Pessoal

Nome	Função	Situação
Paulo César Soares	Diretor de Secretaria	Efetivo
Bruno Abrantes Bittencourt		Efetivo
Camila Carvalho Garcia	Assistente de Diretor	Efetiva
Fernanda Livia Silva Fonseca		Efetiva
Karla Gonçalves Cavalcante	Assistente de Juiz	Efetiva
Larissa Andrade Nolasco		Efetiva
Letícia Teixeira Cunha	Assistente de Juiz	Efetiva
Luciana Nunes Almeida		Efetiva
Manuela Ferreira Araújo	Secretária de Audiência	Efetiva
Pollyana Martins Manrique Esperidião		Efetiva
Renata Nunes Silva	Assistente II	Efetiva
Vanessa Ferraz de Lima Brossmann	Secretária de Audiência	Efetiva
Wilian Rodrigues de Carvalho	Assistente II	Cedido Municipal
Matheus Amaral Peixoto		Estagiário
Samuel Pereira Machado		Menor-aprendiz

^{*} A unidade não possui claro de lotação.

4.1.2 - Recursos tecnológicos

Cï:2/4. Autenticidade 400090779521

Equipamento	Quantidade
Computadores	16
Notebooks	2
Impressoras	2
Multifuncionais	2
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	1

Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 01/06/2016 15:41:23h. Protocolo nº 10272/2016.

4.3 - Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	x
Consumo racional de energia elétrica	x
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	x
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	х
Aproveitamento de papel usado como rascunho	x
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	х
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	-
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	-

Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 01/06/2016 15:41:23h. Protocolo nº 10272/2016.

5 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento dos andamentos estatísticos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, execução iniciada, execução encerrada, liquidação iniciada, liquidação encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidades e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	×		
2	A unidade procede à retificação dos movimentos/andamentos lançados no sistema informatizado, conforme constatado nas correições permanentes, nos termos do Ofício Circular SCR nº 11/2013?	Х		
3	A unidade procede ao lançamento concomitante, no SAJ18, dos andamentos relativos aos prazos afetos aos magistrados, tais como encerramento de instrução, férias de magistrados, lançamento de solução, dos processos que tramitam no Sistema PJe-JT, conforme Ofício-Circular TRT 18ª SCJ nº 16/2013?	×		
4	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do PGC?	x		
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos art. 163 do PGC?	×		
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		
7	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do PGC)?		х	

ö.
$\overline{}$
20
Ñ
027
9
<u>.</u>
_
응
rotocol
Ħ
۲
:23h.
Ņ
7
15:
16
Ś
1/06/
0ر
em
lado
픙
Ö
ĕ
⋍
Φ
Ф
Sep
0
2
ANTO
SANTO
S SANTO
OS SANTO
DOS SANTO
OS SANTO
ES DOS SANTO
ES DOS SANTO
A LOPES DOS SANTO
IA LOPES DOS SANTO
RIA LOPES DOS SANTO
IA LOPES DOS SANTO
RIA LOPES DOS SANTO
IIA MARIA LOPES DOS SANTO
ADIA MARIA LOPES DOS SANTO
IIA MARIA LOPES DOS SANTO
ADIA MARIA LOPES DOS SANTO
por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO
por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO
ADIA MARIA LOPES DOS SANTO
por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO
juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO
nto juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO
nto juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO
nto juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO
ocumento juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO
cumento juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO
ocumento juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	X		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	X		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.		х	
11	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?	Х		
12	A Unidade possui Juiz Auxiliar? Em caso afirmativo, informar com qual periodicidade há o revezamento entre o Juiz Titular e o Juiz Auxiliar na realização das audiências (diário, semanal ou mensal?).	X		Revezamento diário.
13	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução?	-	-	As audiências iniciais estão sendo marcadas para agosto de 2016 nos ritos sumaríssimo e ordinário. As audiências de instrução estão sendo marcadas para setembro e novembro de 2016 nos ritos sumaríssimo e ordinário, respectivamente.
14	Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?	Х		
15	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	X		
16	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	X		
17	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	х		

v MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 01/06/2016 15:41:23h. Protocolo nº 10272/201
NTOS e protocolado em 01/06/2016 15:41:23h. Protocolo nº 10272
NTOS e protocolado em 01/06/2016 15:41:23h. Protocolo nº 10272
$^{\circ}$ NTOS e protocolado em 01/06/2016 15:41:23h. Protocolo n $^{\circ}$
$^{\circ}$ NTOS e protocolado em 01/06/2016 15:41:23h. Protocolo n $^{\circ}$
$^{\circ}$ NTOS e protocolado em 01/06/2016 15:41:23h. Protocolo n $^{\circ}$
$^{\circ}$ NTOS e protocolado em 01/06/2016 15:41:23h. Protocolo n $^{\circ}$
NTOS e protocolado em (
S SANTOS e protocolado em
S SANTOS e protocolado er
S SANTOS e protocolado
S SANTOS e protocolad
S SANTOS e protocola
S SANTOS e protoco
S SANTOS e protoc
S SANTOS e prot
S SANTOS e pro
S SANTOS e p
S SANTOS e
S SANTOS
S SANTO
S SANT
S SAN
SS
S
S
ŏ
Ц
ഗ
ш
Ť
2
_
⋖
\overline{c}
₹
Ŝ
_
≚
Q
⋖
Ž
Ž
por N
o por 📐
do por N
tado por N
Intado por N
juntado por N,
o juntado por N
nto juntado por N
ento juntado por N
mento juntado por N.
umento juntado por N
ocumento juntado por N
Documento juntado por NADIA

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
18	A Secretaria da Vara procede à transferência do valor correspondente ao depósito recursal para a conta judicial, logo após o trânsito em julgado, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?	Х		
19	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 174 do mesmo diploma normativo?	Х		
20	A unidade obedece o disposto no art. 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	Х		
21	A Secretaria da Vara expede ofícios à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 3º do PGC ?	Х		
22	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "j" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)		X	
23	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e enviar à equipe correicional)	×		
24	A unidade procede, periodicamente, à revisão dos processos não alimentados, não validados ou com lançamentos que impedem a inclusão no BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, conforme orientação constante das Mensagens SCJ nos 30/2012 e 32/2012?	X		
25	No caso da unidade proceder à distribuição de mandados judiciais, é utilizado o Sistema de Mandados Judiciais Eletrônicos para a distribuição dos mandados, conforme Ofício Circular SCJ nº 40/2013?	-	-	

ဖ
\equiv
201
Ñ
\sim
2
102
_
\overline{L}
0
rotocolo
8
ō
ぉ
₽.
ш
ج
Š
÷
4
iÀ
15
·
9
6
ಸ
9
\leq
ò
em 0
⊑
မ
ರ್ಷ
<u>w</u>
Ö
×
¥
2
虿
Φ
S
SO
SO
SO
ANTOS
SANTOS
SANTOS
SANTOS
OS SANTOS
DOS SANTOS
DOS SANTOS
ES DOS SANTOS
ES DOS SANTOS
OPES DOS SANTOS
ES DOS SANTOS
A LOPES DOS SANTOS
OPES DOS SANTOS
A LOPES DOS SANTOS
A LOPES DOS SANTOS
A LOPES DOS SANTOS
A LOPES DOS SANTOS
IA MARIA LOPES DOS SANTOS
IA MARIA LOPES DOS SANTOS
A LOPES DOS SANTOS
IA MARIA LOPES DOS SANTOS
IA MARIA LOPES DOS SANTOS
IA MARIA LOPES DOS SANTOS
IA MARIA LOPES DOS SANTOS
IA MARIA LOPES DOS SANTOS
do por NADIA MARIA LOPES DOS SANTOS
IA MARIA LOPES DOS SANTOS
do por NADIA MARIA LOPES DOS SANTOS
do por NADIA MARIA LOPES DOS SANTOS
juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTOS
do por NADIA MARIA LOPES DOS SANTOS
nto juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTOS
nento juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTOS
nento juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTOS
nento juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTOS
ocumento juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTOS
nento juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTOS
ocumento juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTOS

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
26	A unidade alimenta o sistema de registro de bens penhorados, conforme Ofício Circular SCJ nº 401/2013?		х	
27	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do PGC?	Х		
28	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 195 do PGC?	X		
29	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, como, por exemplo: utilização de todos os convênios previstos no artigo 159 do PGC, expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, desconsideração da personalidade jurídica e expedição de ofícios aos cartórios de registro de imóveis, antes de suspender a execução, conforme Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho?	X		
30	A Secretaria da Vara obedece ao prazo de 20 (vinte) dias entre a publicação do edital e a realização da praça/leilão, conforme previsto no artigo 888 da CLT?	Х		
31	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	X		
32	Nas execuções frustradas, quando não for localizado o devedor ou não forem encontrados os bens passíveis de constrição, o Juízo utiliza o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal), aplicando a prescrição intercorrente, nos termos do artigo 161 do PGC? (No campo observações especificar se o procedimento é adotado tanto nas execuções previdenciárias, quanto nas trabalhistas).	X		Aplica-se a prescrição intercorrente em execuções previdenciárias e trabalhistas.
33	Nas execuções suspensas por inércia do credor, a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado o movimento que indica a suspensão da execução e, se for o caso, posteriormente, o movimento que indica o arquivo provisório?	x		

'n
9
10272/2016
Š
\sim
<u>``</u>
2
0
$\overline{}$
rotocolo nº
_
_
0
ŏ
₽
0
₫.
က
Ŋ
.
4
က်
ocolado em 01/06/2016 15:41:23h
'n
~
0
Ø
Ó
Ō
\leq
ó
~
⊏
Ф
0
O
<u>ಹ</u>
0
ŏ
₽
0
5
_
Φ
S e prot
~
~
~
) V V V
DOS SANTO
MARIA LOPES DOS SANTO
MARIA LOPES DOS SANTO
MARIA LOPES DOS SANTO
MARIA LOPES DOS SANTO
MARIA LOPES DOS SANTO
MARIA LOPES DOS SANTO
MARIA LOPES DOS SANTO
MARIA LOPES DOS SANTO
MARIA LOPES DOS SANTO
MARIA LOPES DOS SANTO
MARIA LOPES DOS SANTO
DOS SANTO
MARIA LOPES DOS SANTO
juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO
juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO
juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO
juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO
mento juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO:
mento juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO:
mento juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO:
mento juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO:
juntado por NADIA MARIA LOPES DOS SANTO

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
34	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	X		
35	Nas execuções suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do artigo 161 do PGC e do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	Х		
36	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8°, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	х		
37	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo de 30 dias para publicidade e de 05 dias para o executado pagar ou garantir a divida, conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	Х		
38	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	Х		
39	A unidade julgou mais processos que os distribuídos, no ano de 2016? (Meta 1 do CNJ)		х	
40	A unidade e julgou, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no primeiro grau? Em caso negativo, há quantos processos pendentes de solução? Quais? (Meta 2 do CNJ)	х		
41	A unidade baixou, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente? (Meta 5 do CNJ)		х	
42	A unidade aumentou em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014? (Meta específica pra Justiça do Trabalho)	Х		
43	A unidade possui servidores atuando em regime de tele-trabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor e o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta condição.	X		Larissa Andrade Nolasco – Portaria 1-2015; Luciana Nunes Almeida – Portaria 2- 2015.

Documento juntado por NÁDIA MARIA LOPES DOS SANTOS e protocolado em 01/06/2016 15:41:23h. Protocolo nº 10272/2016.

6 - SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS

6.1 - Convênios

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	х		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	x		
INFOSEG		X	
INCRA	х		
JUCEG	х		
SIMBA		х	
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	х		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	х		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	Х		-

6.2 - Sistemas informatizados

olocomac informatizado		
SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	х	
Sistema SAJ18	Х	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	х	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	Х	
Sistema de Cálculos	Х	
Sistema de Guias	Х	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	x	

Cï.¿1/2d. Autenticidade 400090779521

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL

7.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior

.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata Cumpriu?		ac correspond to exercise unterior	
Recomendação	SIM	NÃO	Observações
7.1.1 - Que a secretaria adote, em todos os processos, digitais ou físicos, as determinações constantes da Resolução Administrativa nº 81/2008, que trata da gestão documental na 18ª Região da Justiça do Trabalho, indicando a inexistência de pendências, cuidando para a correta classificação dos autos e documentos quando de seu arquivamento definitivo, inclusive a classificação da modalidade de guarda dos autos, se intermediária ou permanente, indicando os respectivos prazos de guarda, conforme a tabela de temporalidade aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio da Resolução nº 67/2010, e nos termos do artigo 336 do PGC, conforme apurado no item 7.2 – 1 do Relatório de Correição;	×		
7.1.2 - Que a Secretaria proceda ao lançamento, com regularidade, no sistema informatizado PJe-JT, dos valores referentes aos recolhimentos previdenciários, bem como os recolhimentos de custas, nos termos dos artigos 163 e 170 do PGC, conforme apurado no item 7.2 – 14 e 20 do Relatório de Correição;	х		
7.1.3 - Que a Vara do Trabalho expeça Ofício à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos casos em que o reclamado não comprovar nos autos o envio da guia GFIP, cumprindo determinação contida no artigo 177, § 3º do PGC, conforme apurado no item 7.2 – 12 do Relatório de Correição;	x		
7.1.4 - Que a vara inclua em pauta, semanalmente, para tentativa de conciliação, os processos na fase de execução, conforme disposição expressa dos artigos 75 do PGC e 66, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT. O Desembargador-Corregedor ressaltou a importância de se incluir em pauta, para tentativa de conciliação, os processos na fase de execução, tendo em vista a elevada taxa de congestionamento na execução desta unidade, verificada em 2014, de 87%, superior à média verificada em todo o Regional, aferida em 69%.	x		

ö.
5
20
Ñ
27
ö
~
ີ
rotocolo
8
ŏ
₫
₫
<u>-</u> :
23h.
Ņ
4
3
$\overline{}$
9
6
20
1/06/
\cong
Ó
em
lado
ag
õ
8
Ħ
Ĕ
a)
e O
os e
TOS e
NTOS e
7
S SANTOS e
/S SC
/S SC
DOS S/
/S SC
ES DOS S/
ES DOS S/
S DOS S
ES DOS S/
ADIA MARIA LOPES DOS SA
ADIA MARIA LOPES DOS SA
ES DOS S/
ADIA MARIA LOPES DOS SA
por NADIA MARIA LOPES DOS SA
por NADIA MARIA LOPES DOS SA
ADIA MARIA LOPES DOS SA
por NADIA MARIA LOPES DOS SA
por NADIA MARIA LOPES DOS SA
nto juntado por NADIA MARIA LOPES DOS S/
nto juntado por NADIA MARIA LOPES DOS S/
nento juntado por NADIA MARIA LOPES DOS S/
umento juntado por NADIA MARIA LOPES DOS S/
ocumento juntado por NADIA MARIA LOPES DOS S/
umento juntado por NADIA MARIA LOPES DOS S/
ocumento juntado por NADIA MARIA LOPES DOS S/

7.1.5 - A adequação do prazo médio para julgamento de incidentes processuais na fase de execução, que atualmente se encontra em 38 dias, superior ao prazo previsto no artigo 885 da CLT, conforme apurado no item 3.3 do Relatório de Correição. Ressaltou o Desembargador-Corregedor que tal prazo, na última visita correcional, era de 6 dias, havendo, também, significativo acréscimo;	x	
7.1.6 - Que a secretaria atente para a necessidade de oficiar aos órgãos de fiscalização (SRTE, CEF e RFB), nos casos em que a sentença assim determinar, logo após o seu trânsito em julgado, conforme apurado no item 7.2 – 4 do Relatório de Correição;	х	
7.1.7 - A observância pela secretaria do disposto no artigo 185 do PGC, quanto à necessidade de fazer constar de todas as publicações, nas ações de execução fiscal, o número das CDA's respectivas, conforme apurado no item 7.2 – 11 do Relatório de Correição;	X	
7.1.8 - Que a Secretaria da Vara do Trabalho observe o disposto no Provimento SCR/TRT18 nº 3/2013, especialmente no que se refere ao encerramento da execução, tanto trabalhista quanto previdenciária, no sistema informatizado PJe-JT, conforme apurado no item 7.2 – 13 e 15 do Relatório de Correição;	X	
7.1.9 - A liberação do depósito recursal, independentemente de requerimento da parte, nos termos do artigo 195 do PGC e do artigo 66, inciso I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, quando, ocorrendo o trânsito em julgado da sentença condenatória, a decisão for líquida ou o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, conforme apurado no item 7.2 – 17 do Relatório de Correição;	X	
7.1.10 - A redução do prazo médio da Secretaria para cumprimento de despachos e outros atos judiciais, aferido, por ocasião desta visita correcional, em 4 (quatro) dias, acima do limite fixado pelo artigo 190, II, do CPC. Na última correição realizada neste juízo, tal prazo era de 3 dias.	х	

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, CUMPRINDO o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTSum-0010507-08.2016.5.18.0010; RTSum-0010446-50.2016.5.18.0010; RTSum-0010434-36.2016.5.18.0010; RTSum-0010206-61.2016.5.18.0010; RTSum-0010103-54.2016.5.18.0010; RTSum-0010088-85.2016.5.18.0010; RTSum-0010004-84.2016.5.18.0010; RTSum-0012053-35.2015.5.18.0010; RTSum-0012034-29.2015.5.18.0010).
2	Nos processos a seguir relacionados, COM SENTENÇAS PROFERIDAS, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC. (processos: RTOrd-0010268-38.2015.5.18.0010, RTOrd-0010618-26.2015.5.18.0010, RTOrd-0010667-67.2015.5.18.0010, RTOrd-0010940-46.2015.5.18.0010, RTOrd-0010618-26.2015.5.18.0010 e RTOrd-0011355-29.2015.5.18.0010).
3	Nos processos a seguir relacionados, COM SENTENÇAS PROFERIDAS, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTOrd-0010268-38.2015.5.18.0010, RTOrd-0010618-26.2015.5.18.0010, RTOrd-0010667-67.2015.5.18.0010, RTOrd-0010940-46.2015.5.18.0010, RTOrd-0010618-26.2015.5.18.0010 e RTOrd-0011355-29.2015.5.18.0010)
4	Nos processos a seguir relacionados, apurados por amostragem, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, uma vez que as atas e decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: RTOrd-0010222-49.2015.5.18.0010; RTSum-0011264-36.2015.5.18.0010; RTSum-0010536-92.2015.5.18.0010; RTSum-0011418-54.2015.5.18.0010; RTSum-0010598-35.2015.5.18.0010).
5	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe-JT, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTSum-0011264-36.2015.5.18.0010; RTSum-0011418-54.2015.5.18.0010; RTSum-0010090-89.2015.5.18.0010; RTSum-0010598-35.2015.5.18.0010; RTOrd-0010518-71.2015.5.18.0010; RTOrd-0010819-18.2015.5.18.0010).
6	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta judicial para pagamento dos acordos homologados, cumprindo o disposto na Recomendação TRT 18ª nº 1/2014 (processos: RTOrd-0010222-49.2015.5.18.0010; RTSum-0011264-36.2015.5.18.0010; RTSum-0011418-54.2015.5.18.0010; RTSum-001090-89.2015.5.18.0010; RTSum-0010598-35.2015.5.18.0010; RTOrd-0010460-68.2015.5.18.0010; RTOrd-0010518-71.2015.5.18.0010; RTOrd-0010819-18.2015.5.18.0010).
7	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho submete todos os processos ao CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA — CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, notificando os reclamados para uma audiência inicial, em que se deve apresentar defesa, sob pena de revelia (processos: RTOrd-0010222-49.2015.5.18.0010; RTOrd-0010819-18.2015.5.18.0010; RTSum-0010598-35.2015.5.18.0010; RTSum-0011264-36.2015.5.18.0010).
8	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6830/80, suspendendo a execução pelo prazo de 01 (um) ano (processos: RTOrd-0010189-93.2014.5.18.0010, RTOrd-0010213-24.2014.5.18.0010, RTOrd-0010895-76.2014.5.18.0010, RTOrd-0010690-47.2014.5.18.0010 e RTOrd-0010232-30.2014.5.18.0010).

Constatações

Item

Item	Constatações				
9	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe-JT o movimento que indica a suspensão do processo por execução frustrada, determinada por decisão judicial, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0010189-93.2014.5.18.0010, RTOrd-0010213-24.2014.5.18.0010, RTOrd-0010895-76.2014.5.18.0010, RTOrd-0010690-47.2014.5.18.0010 e RTOrd-0010232-30.2014.5.18.0010).				
10	Nas EXECUÇÕES FISCAIS a seguir relacionadas, constatou-se que a Vara do Trabalho cita o executado, via postal, para pagar ou garantir a execução no prazo de cinco dias, nos termos do artigo 8°, I, da Lei 6.830/80 (processos: ExFis-0010829-96.2014.5.18.0010; ExFis-0011163-33.2014.5.18.0010; ExFis-0011173-77.2014.5.18.0010; ExFis-0010544-06.2014.5.18.0010; ExFis-0010397-77.2014.5.18.0010).				
11	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO FISCAL, constatou-se que consta do edital de citação o prazo de 30 (trinta) dias para publicidade, o número das CDAs e a data do registro na dívida ativa, cumprindo o artigo 8°, IV, da Lei 6.830/80 (processos: ExFis-0011173-77.2014.5.18.0010) e ExFis-0010397-77.2014.5.18.0010).				
12	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o § 3º do artigo 177 do PGC (processos: RTOrd-0010572-37.2015.5.18.0010, RTSum-0011264-36.2015.5.18.0010, RTSum-0010937-91.2015.5.18.0010, RTSum-0010598-35.2015.5.18.0010 e RTSum-0010584-51.2015.5.18.0010).				
13	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Vara do Trabalho lança os movimentos referentes ao início e ao fim da execução previdenciária, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0010572-37.2015.5.18.0010, RTSum-0011264-36.2015.5.18.0010, RTSum-0010937-91.2015.5.18.0010, RTSum-0010598-35.2015.5.18.0010 e RTSum-0010584-51.2015.5.18.0010).				
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe-JT os valores referentes aos recolhimentos previdenciários, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0010572-37.2015.5.18.0010, RTSum-0011264-36.2015.5.18.0010, RTSum-0010937-91.2015.5.18.0010, RTSum-0010598-35.2015.5.18.0010 e RTSum-0010584-51.2015.5.18.0010).				
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho lança corretamente no sistema informatizado Pje-JT os movimentos referentes ao início e ao fim da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0010373-15.2015.5.18.0010, RTOrd-0012088-29.2014.5.18.0010, RTSum-0011762-35.2015.5.18.0010, RTSum-0010522-11.2015.5.18.0010).				
16	No processo a seguir relacionado, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho libera imediatamente o depósito recursal ao exequente, após o trânsito em julgado da sentença, cumprindo disposto no artigo 195 do PGC (processo: RTOrd-0011547-93.2014.5.18.0010, RTOrd-0011835-41.2014.5.18.0010 e RTOrd-0010091-11.2014.5.18.0010).				
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, independentemente do requerimento da parte, além outros meios para tentativa de constrição dos bens do devedor, de ofício, antes da suspensão da execução (art. 40 da LEF), como, por exemplo, a expedição de mandado de penhora e avaliação e expedição de ofícios aos cartórios de registro de imóveis, tudo de acordo com a Recomendação nº 2/CGJT de 2011, informada pelo Ofício Circular nº 17/2011/TRT18-SCR (processos: RTOrd-0010690-47.2014.5.18.0010, RTSum-0012013-87.2014.5.18.0010, RTSum-0011824-12.2014.5.18.0010, RTSum-0011068-03.2014.5.18.0010 e RTSum-0010814-30.2014.5.18.0010).				

Cï.¿1/2d. Autenticidade 400090779521

Item	m Constatações					
18	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO intima o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais, das sentenças proferidas ou dos acordos celebrados, em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, descumprindo o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTSum-0010603-57.2015.5.18.0010; RTOrd-0011451-78.2014.5.18.0010; RTOrd-0010871-14.2015.5.18.0010; RTOrd-0010045-85.2015.5.18.0010; RTOrd-0011565-17.2014.5.18.0010; RTSum-0011756-83.2014.5.18.0003; RTSum-0010115-39.2014.5.18.0010; RTOrd-0010711-86.2015.5.18.0010; RTOrd-0010602-72.2015.5.18.0010).					
19	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, certifica os feriados, indica o rito adotado, o nome do Juiz prolator da sentença, nos casos de envios dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no art. 128 do PGC (processos: ROPS-0010080-45.2015.5.18.0010; ROPS-0010251-02.2015.5.18.0010; ROPS-0010558-53.2015.5.18.0010; ROPS-0010650-31.2015.5.18.0010; ROPS-0010732-62.2015.5.18.0010; ROPS-0010896-27.2015.5.18.0010; RTSum-0011070-36.2015.5.18.0010; ROPS-0011057-71.2014.5.18.0010).					
20	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe-JT o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ROPS-0010080-45.2015.5.18.0010; ROPS-0010251-02.2015.5.18.0010; ROPS-0010558-53.2015.5.18.0010; ROPS-0010650-31.2015.5.18.0010; ROPS-0010732-62.2015.5.18.0010; ROPS-0010896-27.2015.5.18.0010; RTSum-0011070-36.2015.5.18.0010; ROPS-0011057-71.2014.5.18.0010).					
21	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, o juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal (processos: RTSum-0010929-20.2015.5.18.0009; RTSum-0010457-19.2015.5.18.0009; RTSum-0010248-50.2015.5.18.0009; RTSum-0010072-71.2015.5.18.0009; RTOrd-0010016-38.2015.5.18.0009; RTOrd-0010035-44.2015.5.18.0009; RTOrd 0010251-05.2015.5.18.0009 e RTOrd 0010512-67.2015.5.18.0009).					
22	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema informatizado PJe-JT o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ROPS-0010080-45.2015.5.18.0010; ROPS-0010251-02.2015.5.18.0010; ROPS-0010558-53.2015.5.18.0010; ROPS-0010650-31.2015.5.18.0010; ROPS-0010732-62.2015.5.18.0010; ROPS-0010896-27.2015.5.18.0010; RTSum-0011070-36.2015.5.18.0010; ROPS-0011057-71.2014.5.18.0010).					
23	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, indicando o rito adotado, o nome do Juiz prolator da sentença e os feriados, nos casos de envios dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no art. 128 do PGC (processos: AP-0010928-03.2013.5.18.0010; AP-0010508-61.2014.5.18.0010; AP-0011464-77.2014.5.18.0010; AP-0010034-56.2015.5.18.0010).					
24	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: AP-0010928-03.2013.5.18.0010; AP-0010508-61.2014.5.18.0010; AP-0011464-77.2014.5.18.0010; AP-0010034-56.2015.5.18.0010).					
25	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 03/11/2015 e 18/05/2016, constatou-se que: (1º) o atraso médio para início das audiências é de 19 (dezenove) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 17 (dezessete) processos.					
26	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 03/11/2015 e 18/05/2016, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira.					
27	Analisados os dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão, constatou-se que a unidade realizou 994 audiências de instrução no período correcionado, o que corresponde a média diária de duas audiências de instrução por magistrado.					